

DO COLONIAL AO MODERNO: A REINTERPRETAÇÃO DA ARQUITETURA COLONIAL NA ARQUITETURA MODERNA PERNAMBUCANA

FROM COLONIAL TO MODERN:
THE REINTERPRETATION OF COLONIAL ARCHITECTURE IN MODERN ARCHITECTURE IN PERNAMBUCO

DE LO COLONIAL A LO MODERNO:
LA REINTERPRETACIÓN DE LA ARQUITECTURA COLONIAL EN LA ARQUITECTURA MODERNA DE PERNAMBUCO

RÊGO, THERESA

Arquiteta e Urbanista, IPOG e theresacreg@gmail.com

ADRIÃO, LILIANA

Arquiteta e Urbanista, UFPE e liliana.adriao@ufpe.br

RESUMO

Este trabalho aprofunda-se na influência da arquitetura colonial brasileira na paisagem arquitetônica pernambucana, cujas raízes remontam às casas dos colonizadores portugueses. A interação entre fatores como identidade cultural, conhecimento histórico, construtivo e socioeconômico destaca a importância dessa arquitetura no contexto local. A transição para a arquitetura moderna, iniciada no século XX, marca uma transformação notável, priorizando funções sociais e formas simplificadas. Embora autores reconhecidos tenham abordado a arquitetura moderna pernambucana, a identificação desta como expressão identitária ainda enfrenta desafios. A pesquisa analisa as relações entre as duas arquiteturas, enfatizando a evolução estética e funcional, com foco em aspectos bioclimáticos e tropicais. Destaca-se o conforto na arquitetura moderna pernambucana, adaptando técnicas construtivas e projetuais. A pesquisa visa contribuir para a conscientização da identidade local, promovendo o uso de conceitos adaptados aos condicionantes regionais, culminando na busca por uma reinterpretação da arquitetura colonial na arquitetura moderna, especialmente nas características das casas-grandes dos engenhos.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura colonial. arquitetura moderna pernambucana. Pernambuco.

ABSTRACT

This work delves into the influence of Brazilian colonial architecture on the architectural landscape of Pernambuco, tracing its roots back to the houses of Portuguese colonizers. The interaction of factors such as cultural identity, historical knowledge, construction, and socio-economic aspects underscores the significance of this architecture in the local context. The transition to modern architecture, initiated in the 20th century, marks a notable transformation, prioritizing social functions and simplified forms. Despite recognized authors addressing modern Pernambucan architecture, its identification as an identity expression still faces challenges. The research analyzes the relationships between the two architectures, emphasizing aesthetic and functional evolution, with a focus on bioclimatic and tropical aspects. Comfort in modern Pernambucan architecture stands out, adapting construction and design techniques. The research aims to contribute to local identity awareness, promoting the use of concepts adapted to regional conditions, culminating in the search for a reinterpretation of colonial architecture in modern architecture, especially in the characteristics of the "casas-grandes" of the sugar mills.

KEYWORDS: Colonial Architecture. Modern Architecture in Pernambuco. Pernambuco.

RESUMEN

Este trabajo profundiza en la influencia de la arquitectura colonial brasileña en el paisaje arquitectónico de Pernambuco, cuyas raíces se remontan a las casas de los colonizadores portugueses. La interacción de factores como la identidad cultural, el conocimiento histórico, la construcción y los aspectos socioeconómicos destaca la importancia de esta arquitectura en el contexto local. La transición a la arquitectura moderna, iniciada en el siglo XX, marca una transformación notable, priorizando funciones sociales y formas simplificadas. A pesar de que autores reconocidos han abordado la arquitectura moderna pernambucana, la identificación de esta como expresión identitaria aún enfrenta desafíos. La investigación analiza las relaciones entre las dos arquitecturas, haciendo hincapié en la evolución estética y funcional, con un enfoque en aspectos bioclimáticos y tropicales. Se destaca la comodidad en la arquitectura moderna pernambucana, adaptando técnicas constructivas y de diseño. La investigación tiene como objetivo contribuir a la conciencia de la identidad local, promoviendo el uso de conceptos adaptados a las condiciones regionales, culminando en la búsqueda de una reinterpretación de la arquitectura colonial en la arquitectura moderna, especialmente en las características de las "casas-grandes" de los ingenios.

PALABRAS CLAVE: *arquitectura colonial. arquitectura moderna de Pernambuco. Pernambuco.*

INTRODUÇÃO

A arquitetura colonial brasileira, originada pelas casas construídas pelos colonizadores portugueses, desempenha um papel crucial na arquitetura pernambucana. Diversos fatores, como a identificação cultural no estado e o conhecimento histórico, construtivo e socioeconômico, contribuem para essa importância. A relação entre a arquitetura colonial, desenvolvida no Brasil a partir de 1500 com adaptações ao clima tropical, e a arquitetura moderna, surgida no início do século XX, marca o fim do estilo das casas pernambucanas, priorizando a função social e formas simples.

Ao considerar esses momentos distintos, mas com raízes semelhantes, em Pernambuco, eles proporcionam uma funcionalidade melhor da construção ao priorizar hábitos, costumes, cultura, sociedade e economia do estado. Apesar de autores como Yves Bruand e Geraldo Gomes abordarem a arquitetura moderna pernambucana com base nos princípios de Lucio Costa e no Neocolonial, há uma dificuldade recorrente em identificar a arquitetura pernambucana como uma forma de identidade. Isso destaca a necessidade de estudos para evitar a ausência de apropriação cultural e reconhecimento arquitetônico local. A análise das relações e influências entre a arquitetura colonial e moderna em Pernambuco busca conscientizar social e academicamente sobre a arquitetura cultural pernambucana. Procura-se compreender a evolução estética e funcional desde o período colonial até o modernismo, destacando aspectos bioclimáticos e tropicais. A busca por uma arquitetura própria local no modernismo visa manifestar imponência, grandiosidade e referências explicativas aos projetos contemporâneos.

A formação de uma arquitetura moderna pernambucana caracterizada pela importância da originalidade e identidade resulta das heranças culturais, sociais e econômicas, permitindo seu surgimento desde a colonização até o modernismo vanguardista. A análise da relação entre as arquiteturas destaca a busca por uma arquitetura pernambucana identitária, adaptada ao clima local, integrando o edifício com a paisagem e utilizando materiais regionais. Autores como Armando de Holanda e Geraldo Gomes destacam a singularidade e o conforto na arquitetura moderna pernambucana, adaptando técnicas construtivas e projetuais baseadas no moderno para solucionar problemas climáticos. A pesquisa visa contribuir para a educação e conscientização da identidade pernambucana, incentivando o uso de conceitos projetuais e construtivos adaptados aos condicionantes locais.

O objetivo final é analisar e identificar a possível reinterpretção da Arquitetura Colonial na Arquitetura Moderna em Pernambuco, destacando a necessidade do conhecimento cultural entre o conforto e as tipologias arquitetônicas. A análise abrange construções nos períodos de 1500 a 1822 e 1920 a 1970, buscando uma analogia entre os padrões e propriedades dos períodos colonial e moderno. Essa analogia se manifesta na reinterpretção da arquitetura colonial na arquitetura moderna pernambucana, evidenciada pelos elementos utilizados e suas formas de aplicação, numa busca pela aproximação das origens e do passado colonial, especialmente nas características das casas-grandes dos engenheiros.

DO COLONIAL

Os engenhos de açúcar desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio brasileiro, destacando-se pela sua relevância na atividade econômica do Estado. Suas expressões arquitetônicas, implantação em sítios estratégicos e influência na formação da sociedade ressaltam sua importância no cenário do patrimônio histórico e cultural. A economia açucareira, centralizada na região Nordeste, foi fundamental na formação territorial do Brasil, impulsionando o desenvolvimento da colônia através da riqueza gerada pela comercialização do açúcar, que tinha a capacidade de abastecer todo o ocidente europeu.

A expansão dos primeiros engenhos em locais como Olinda e Salvador, delineou a "civilização do açúcar", exercendo um papel decisivo na formação progressiva de núcleos de povoamento rural e urbano. A cultura e história da cana-de-açúcar, iniciadas em 1535, marcaram o surgimento de centros açucareiros e urbanos, como o caso de Olinda e Igarassu. Contudo, a ocupação holandesa na região, especialmente em Pernambuco, resultou em transformações significativas, com Recife experimentando um notável crescimento devido ao radical territorialismo dos holandeses. Os impactos desse período incluíram a destruição parcial de Olinda, seus casarões e igrejas, mas a reconstrução posterior, influenciada pelo maneirismo e posteriormente pelo barroco, testemunha a resiliência e a evolução arquitetônica na região.

A produção açucareira no estado de Pernambuco, antiga Capitania Hereditária, esta que prosperou, exerce desde os primórdios colonizadores, papel influenciador e dominante acerca de sua formação e desenvolvimento. Pernambuco chegara a possuir uma extensa produção, representando a maior parte da produção de toda a colônia. Dentre isto, certifica-se existentes peculiaridades na região como histórica, arquitetônica e paisagística (Mello, 1998).

A vasta discrepância entre o avanço econômico pernambucano e as demais capitanias ou estados, destaca-se por meio de seus aspectos individuais via a combinação a sua natureza, solo, clima e a proximidade do mercado consumidor, a Europa (SILVA, 2008), tornando-o fonte ideal para a cultura do açúcar. Em 1610 registra-se em Pernambuco 120 engenhos de açúcar que carregavam cerca de 130 a 140 navios ao ano (Mello, 1998). A arquitetura deste período colonial, ou seja, do açúcar, trata-se de uma estrutura como um todo, constituinte da produção, não podendo ser entendida de forma isolada.

Todos os edifícios coloniais e suas arquiteturas, tanto urbanos – estes das cidades – e principalmente do campo, são construídos e favorecidos pelos lucros da produção e comercialização do açúcar, dentre esses, as igrejas e conventos, e as residências dos senhores, dentre estas, a casa-grande, no campo e os ricos sobrados, na cidade. Acerca disto, de fato, as maiores construções e heranças arquitetônicas desse período em Pernambuco, são da Igreja, produzidas pelos franciscanos.

Deste modo, Frans Post retrata em seus quadros os engenhos pernambucanos, em quais os terrenos apresentam-se em áreas pouco acidentadas. Suas casas-grandes estão sempre a meia encosta com fachada principal para a fábrica, a nível inferior. A capela posiciona-se ao mesmo nível ou pouco mais elevada em relação a casa-grande, um pouco afastada dela ou ao lado. Não existem nos quadros registros do que poderia ser a senzala nestes engenhos (Silva, 2008). Deduz-se que os escravos construíam seus possíveis mucambos em áreas mais afastadas.

Sobre a estrutura da casa-grande, em sua maioria apresentam características funcionais, estas em acordo de uma identidade advinda das transformações sociais pelos diversos povos. Em sua totalidade, surgem ao princípio funcional; atributos tipológicos e morfológicos permitem algumas diferenciações, suas variações derivam das ações do tempo e possíveis necessidades funcionais. Tais diversificações morfológicas e tipológicas permitem a classificação em tipos por grupos e seus subgrupos. Em sua maioria, possuem extensas varandas e seu modo construtivo atende "a disponibilidade de materiais naturais, como madeiras", admitida por sua qualidade e "abundância e escassez de mão de obra qualificada" (Silva, 1998, p. 26)

Nestas casas-grandes, fez-se comum a percepção de planos irregulares nas paredes, isto deve-se a saliência dos esteios de madeira componentes da estrutura, nestes edifícios são utilizadas argamassas de barro, saibro e cal, quanto aos acabamentos das paredes devem-se ao reboco e caiçação branca, as estruturas em madeira não apresentam pinturas, são utilizadas em sua forma natural. Mesmo que possuam finalidades similares, não necessariamente estavam sujeitas ao mesmo sistema construtivo que as envolvia por intermédio de suas performances. Os sistemas

construtivos de mais aplicações são a alvenaria de tijolos maciços, que oferecem maior suporte estrutural, assim como a taipa de pau a pique, igualmente adotada nas senzalas (Silva, 1998).

As coberturas apresentavam sempre a mesma estrutura, em seu montante são “executadas em madeira e cobertas com telhas de barro tipo canal”, esta última facilmente disponibilizada por sua produção no próprio engenho. Poucos casos, estes de casebres, são “recobertos com algum tipo de palha” (Silva, 1998, p. 29). A madeira encontra-se em diversas formas e utilidades, outros empregos comuns são em portas, janelas e nos assoalhos das casas-grandes, também presentes nas igrejas.

Algumas dessas casas apresentam alguma espécie de proteção contra invasores, defendidas por cercas de pau-a-pique em sua volta, do mesmo modo que os índios executam em suas ocas (Silva, 1998). Quanto à operação do engenho e a ligação dos demais edifícios a casa-grande, atenta-se a diferença entre níveis do terreno que separam as atividades por edificação, seria o modo operante disponível a melhor atender aos sistemas a fim de setorizar e segregar.

Não há nos primeiros séculos, um padrão rígido a seguir, contudo, é possível analisar a forte imagem da casa-grande e o engenho para a paisagem rural, de modo que a planta do Engenho Noruega é desenhada e utilizada como exemplar arquitetônico, seguida pelas casas dos engenhos Moreno e Gaipió, também em Pernambuco, além de outras pelo Nordeste (SILVA, 2008). Quanto às estruturas destes edifícios, seguem quase sempre os mesmos padrões aos presentes em todo o país, respeitando ao que divergem por muitas das vezes através das diferenças exercidas pelos fatores sociais, econômicos e climáticos.

Em Pernambuco “não há registros de senzalas (...) no século XVIII” (Silva, 1998, p. 46). Pode ser que neste momento os escravos tenham de fato construído casas mais afastadas, e por vezes por trás da casa do senhor como “cabanas de barro e palha de coqueiros” (Koster, 1978, p. 281). Não se encontram evidências de construções resistentes, capazmente as técnicas adotadas desconsideravam qualquer conforto, havendo a possibilidade de serem em taipa. Torna-se clara a diversificação tipológica das senzalas, não sendo possível a generalização de uma estrutura específica, mas reveladora por constituição em deficiência de materiais e técnicas (Silva, 1990).

O partido aberto favorece as modificações e expansões propostas pelo tempo. Refere-se ao modelo estruturador adotado pela maioria dos engenhos que se verifica pela destinação de cada edifício a uma função própria, as características dos edifícios são sistematizadas em acordo a suas especificidades e funcionalidade, além da organização meio ao sítio, sugestiva em melhorias futuras (Silva, 1990).

Ainda, existiu a casa-grande de ferro do antigo engenho São João, em Recife, montada ao final do século XIX, por derivação belga (Silva, 2008). Ao mesmo tempo, surgiam os sobrados, que se distinguiram dos demais edifícios, ao menos pelo número de pavimentos, também na cidade de Recife, dado a necessidade da presença física dos senhores para a comercialização do açúcar, evidenciando o status social e econômico. Além de Recife, outras cidades construíram sobrados, e desta forma, pode-se distinguir divergências e transformações regionais.

Por meio dos enlaces norteadores ao desenvolvimento do estado, destaca-se a autoridade tratada pelo dinamismo cultural, ao compreender os fluxos e demandas da sociedade abrangendo os aspectos pertencentes a outras sociedades, a partir de aproximações diversas, ou mesmo resistindo a interferências externas, por meio de diferentes métodos, mantendo, dessa forma, sua estrutura histórica e cultural essencial. Dessa forma, pode-se considerar o estado em suas particularidades, de modo que estes atributos são reconhecidos através de seus elementos, por meio da divergência dos significados e valores aos inúmeros fatores experimentados.

A vista disso, em Pernambuco, entende-se a existência de uma diversidade cultural, que é ao mesmo tempo única e universal, por meio de determinados bens ou manifestações, esta que advém dos mesmos preceitos brasileiros, considerada pelo todo, mas individual em seus parâmetros. Através das alçadas da sociedade pernambucana, a cultura usufrui de forte influência do complexo açucareiro, certo que este apresenta interferência de como a sociedade do açúcar ampliou-se para além de suas fronteiras rurais.

Por meio da presença da cana-de-açúcar e seus respectivos engenhos, principal local da atividade açucareira, onde acontece a vida do colono e senhor de engenho, maiormente na região litorânea, desdobrando-se numa largura considerável de penetração através do latifúndio (Saia, 2014), envolvendo a paisagem natural e servindo como suporte físico-espacial a estrutura social dependente do mesmo, tem-se como primeiro grande complexo arquitetônico

diretamente associado a uma atividade produtiva. O momento é considerado estruturador quanto à sociedade brasileira, dividida em classes e escravocrata em âmbito rural e urbano. Acerca do âmbito rural – pode-se dizer, açucareiro, principal desenvolvedor econômico e urbano, “a casa-grande, a capela, a fábrica e a senzala, materializam e retratam, pela sua arquitetura, uma verdadeira síntese da sociedade brasileira” (Bicca e Bicca, 2008, p. 14).

Dessa forma, a arquitetura manifesta-se no âmbito colonizador, a partir das primeiras construções brasileiras, marcada pela presença da sociedade e sua estrutura, tomando como forma modelos imprescindíveis ao modo de viver, característicos ao modelo português, além da fundamental simbologia de poder transmitindo suas arquiteturas como as de Governo. Tendo em vista a ausência de construções fixas – as habitações indígenas se resumiam em ocas e choças, o colono encontra-se obrigado a construir, aproveitando-se da “sua experiência no reino dentro, naturalmente, do quadro dos seus conhecimentos” (Saia, 2014, p. 172), ao que progride em produção e propriedade da casa brasileira, relacionando sua estrutura plástica segundo conhecimento da casa portuguesa e pelo instinto agudo às adaptação ao meio, no tratamento das peças e orientação da planta (Saia, 2014).

Antes de tudo, o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a modernidade também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade. E como o Brasil é um país multifacetado, as famílias têm expectativas mais diversas em relação à questão da moradia. Devemos lembrar que a função básica de uma casa é a chamada função abrigo. A casa tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção. (Lemos, 1989, p. 07).

Envolvendo questões de hábitos, conhecimentos técnicos, modos de apropriação do espaço doméstico e urbano; evidenciam-se os traços da arquitetura colonial como característica, ainda considerando aspectos culturais e sociais que influenciam o modo de viver. A adaptação do europeu e do africano no Brasil tanto em relação cultural, aprendizado do indígena, e suas cargas de conhecimento, em conjunto favorecem a espécie de apropriação cultural de diversos enlances e contextos sociais, tropicalidade brasileira e principalmente litorânea. A casa brasileira surge de maneira geral a partir da significativa explicação e relação da composição da família caracterizada pela incidente miscigenação territorial. Os fatores ascendentes à moradia estão diretamente ligados a este agente como: “[...] produto da miscigenação branca, índia e africana, responsável por sentimentos perceptíveis e outros sequer imagináveis geradores de seu próprio espaço de permanência, local de realização de toda sorte de atividades: abrigo, alimentação, educação, trabalho, repouso, religião, lazer, sexo” (Veríssimo e Bittar, 1999).

O português foi um indivíduo coordenador, orientador, e homogeneizador da moradia colocando em prática os aprendizados de outros povos; com o índio aprende que cozinhar nos trópicos deve ser em área externa; para o escoamento pluvial copia a experiência do Oriente, utilizando inflexões dos de telhados e beirais prolongados, ainda, de Portugal emprega as paredes caiadas e seus portais coloridos e dessa forma transforma a então casa portuguesa, por força de modelo econômico, na conhecida casa-grande, que agrega escravos africanos num puxado da cozinha, denominado senzala (Veríssimo e Bittar, 1999), quando esta por vezes, encontra-se ainda, a forma de alojamento escravo, abaixo, lateralmente ou separadamente da dita casa-grande. Dessa forma, observa-se a forte influência de cada povo em acordo aos seus conhecimentos, transformações, hábitos e costumes.

Os engenhos por todo Brasil, seguem os mesmos funcionamentos, e constituem-se sempre dos principais elementos que são a fábrica, ou o engenho de fato, a senzala, alojamento escravo, a capela e a casa do senhor, a priori denominada como casa de vivenda e posteriormente a conhecida casa-grande. Pode-se considerar o sítio e suas formações a uma espécie de “curral para todos os usos e serviços” (Taunary, 1839, p. 20), deste modo, as atividades estão cercadas, bem como os seus usuários. De modo geral a casa-grande possui princípios básicos em sua formação, evidente a escassez de mãos de obra, suas construções seguem padrões simplórios, enriquecidos ao longo do tempo por novos materiais e modelos, ainda, destaca-se a necessidade em acomodar seu senhor e mais adiante, toda a sua família, com utilização de elementos básicos. As criações dos cômodos relacionam-se diretamente as suas funcionalidades.

Posto isto, a varanda possui por muitas vezes um caráter atuante a necessidade do senhor manter-se vigilante dos serviços e seu entorno, controlar a circulação dentre os edifícios e da própria casa, permitir a circulação de ventos perante a casa e proteger das peculiares ações climáticas tropicais brasileiras. As adaptações do português compreendem a assimilação entre os conhecimentos de todos os povos que estes observaram, as adequações precisas para amenizar as ações bioclimáticas, como a circulação de ventos, proposta pelas ocas indígenas, a localização dos cômodos como a cozinha em áreas mais ensolaradas e outras experiências.

A identificação das adaptações evidencia-se perante alguns modelos, como no caso da antiga casa-grande do Engenho Santana (Figura 1) em São Paulo, constituinte da antiga capitania hereditária de São Vicente. A casa-grande deste engenho exhibe das características que integram a moradia do senhor, dos elementos básicos visíveis estão os imponentes telhados, de variadas águas, com telha cerâmica e largos beirais, ainda, expõe-se a varanda com peitoril em madeira e portas e janelas em madeira, tal como a realizada sustentação do telhado da varanda.

Há abundante utilização da madeira tal qual para formação da sustentação do telhado e possivelmente de toda a estrutura da casa – ocorrente em diversos engenhos brasileiros, assoalhos, e até elementos vazados. A casa divide-se pelos pavimentos à medida de seu funcionalismo, acima sempre o com quartos e salas, referentes à vida do senhor e sua família, igualmente atribuída em uma parte aos visitantes. O pavimento inferior, destina-se ao serviço, com variadas funções como depósitos e até mesmo alojamento para escravos.

Em Pernambuco estes mesmos padrões dos engenhos manifestam-se em suas regiões com ajustes imprescindíveis às suas condições locais. A casa-grande do Engenho do Meio, demolida para a construção da Universidade Federal de Pernambuco, compete para um exemplar da arquitetura colonial em Recife e Pernambuco. Nesta casa notam-se elementos característicos ao tradicionalismo construtivo proposto pelo passado colonial, como telhado em quatro águas, telha cerâmica, beirais generosos, varanda, utilização constante de madeiras, em telhados, assoalhos, portas e janelas. Os pilares constituem-se de alvenaria, revestidos em cal, assim como o revestimento de todas as paredes da casa, contudo construídas em pau-a-pique.

A casa-grande deste engenho pernambucano igualmente a casa do Engenho Santana, porta-se em dois pavimentos, o térreo desempenha as atividades da cozinha, despensa, depósito e outros de acordo às momentâneas necessidades, esta estrutura-se para o sustento do pavimento superior, pertinente aos cômodos mais íntimos da casa, os pisos contam com assoalhos de madeira formando espécie de forro para o pavimento inferior, ademais, o andar superior conta com a presença da marcante varanda. Neste exemplar ainda existe um anexo lateral equivalente a variados serviços.

Figura 01: Casas-grandes.



Fonte: Acima Engenho do Meio (facebook.com/recantigo, 2022); Abaixo Engenho Passassunga (Acervo de Doddó Félix, 2017).
Alterado pelas autoras.

O antigo Engenho Passassunga, no município de Bom Jardim, Pernambuco, torna-se característico por sua construção ostensiva do século XVIII. Segue um padrão comum às casas-grandes pernambucanas e por sua tipologia pode-se considerar como um dos primeiros da colonização. Apresenta varanda elevada ao centro da fachada, e ressalta a presença de aberturas regulares com portas e janelas em madeira, assim como o peitoril desenhado e as sustentações do telhado, o telhado possui quatro águas, telhas em cerâmica e beirais expressivos. Os elementos empregados são comumente em madeira e pedra, seus pilares são em alvenaria revestidos em cal. Há assoalhos de madeira em todo prolongamento do pavimento superior.

Os setores íntimos e sociais, pode-se assim dizer, atuam no pavimento superior, edificado em pau-a-pique com paredes caiadas, traço comum na maioria das construções do período colonial por sua facilidade construtiva e disponibilidade dos materiais. O pavimento térreo, apresenta-se como nos engenhos Santana e do Meio com espaços para variadas atividades – alojamento, depósito, serviço, cozinha – e seus espaços demonstram-se mais fechados, ou seja, suas paredes elevam-se até o andar superior, contém de alguns vãos abertos, portas e janelas que compõem suas fachadas.

Figura 02: Casas-grandes.



Fonte: Acima a esquerda Engenho Carassau, Barreiros; ao lado Engenho Poço d’Anta, Água Preta; abaixo Engenho Pintos, Moreno; Engenho Refresco, Escada (Silva, 1998)

AO MODERNO

A arquitetura no Brasil procede da fusão entre povos a gerir sua estruturação. Seguindo ao período colonial, diversos movimentos são propostos nas construções brasileiras. Após alguns séculos, na década de 1930, inicia-se no Brasil, a busca por uma identidade nacional. Defendido por Ricardo Severo e José Marianno Filho, o Neocolonial empenha-se a uma arquitetura concebida pelo passado colonial, fonte de tradição histórica e artística, a resgatar elementos desta construção (Natal, 2009; Segawa, 1998). O sentimento de pertencimento e nacionalismo intensifica-se resultando na disseminação deste ideal (Segawa, 1998), de papel significativo na arquitetura brasileira (Segawa, 1998), a fundamentar-se nas relações sociais e culturais, a introduzir o regionalismo e a valorização da brasilidade, o que daria origem ao modernismo no Brasil.

Adepto ao movimento, Lucio Costa, perante ao modernismo, a partir da década de 1930, rompe com o Neocolonial e inicia o protagonismo moderno no Brasil. A arquitetura de Le Corbusier desencadeou reações no Brasil. Lucio identifica-se com sua abordagem e inicia a mescla com seus ideais nacionalistas, unindo elementos e formas modernos aos tradicionais. As ideias modernistas defendem uma arquitetura unificada, a utilizar elementos para uma habitação “ideal”, racional e eficiente. Assim, no Brasil, o modernismo firma manifestações comprometidas com seu contexto histórico e social.

A experiência de Costa firma o conceito sob posteriores arquitetos. Meio a sua atuação, a arquitetura moderna brasileira repercute, a gerir o ufanismo e o resgate de uma brasilidade. Assim, após a jornada do Neocolonial, a apropriação dos elementos tradicionais da arquitetura colonial é reconhecida pela primeira vez. Costa afirma a relação entre a tradição brasileira e a modernidade, resgatando cultura e tradição.

Essa quebra de rigidez, esse movimento ordenado que percorre de um extremo a outro toda a composição tem mesmo qualquer coisa de barroco – no bom sentido da palavra – o que é muito importante para nós pois representa de certo modo uma ligação com o espírito tradicional da arquitetura luso-brasileira (Costa, 1939, p. 475)

Costa clarifica a arquitetura realizada no Brasil, como barroquista influenciada pelo moderno, porquanto “se trata no caso de um barroquismo de legítima e pura filiação que bem mostra não descendermos de relojoeiros, mas de fabricantes de igrejas barrocas.” (Costa, 1962, p. 258-259), Justifica-se a produção brasileira conquista implicação tendo como forma extensão da arquitetura internacional influenciada por suas origens, considerada uma expressão evoluída em sequência histórica (Segawa, 1998). Assim, a arquitetura moderna brasileira informada de conteúdo internacionalista corresponde ao esforço de transfiguração de concepções, adquirindo caráter próprio a buscar no passado referências de identidade (Segawa, 2018).

Com o avanço da arquitetura moderna brasileira, Lucio Costa transmite sua conceituação, a gerir o fluxo de novos arquitetos que difundem o ideal pelo país (Segawa, 1998). Caracteriza-se um processo de reconhecimento das tecnologias, compelindo ao movimento de universalidade dos princípios técnicos e culturais propícios a cada região. Deste modo, a arquitetura moderna abrange significativa participação no Nordeste, destacando-se em Pernambuco.

Advindo da Escola Nacional de Belas Artes, Luiz Nunes, seguidor de Costa, em 1934, conduz-se a Recife para coordenar uma arquitetura inovadora consciente das cargas aristocráticas do açúcar (Silva, 1998), pilar da sociedade pernambucana. Pernambuco é na década de 1930 uma continuação das riquezas favorecidas pelo desenvolvimento econômico do período colonial (Segawa, 1998). Consciente do seu papel modernizador, Nunes aplica seus conhecimentos sobre o padrão construtivo local à “demonstração de cultura” (Nunes, 1936, p. 60). Nunes aplicou seus conhecimentos para promover novos métodos construtivos, firmados apenas nos anos de 1950 por meio da Escola do Recife (Bruand, 1981; Melo, 2022).

Seguida a curta atuação de Nunes e a lacuna de mais de dez anos da arquitetura moderna em Pernambuco, a partir de 1949, a retomada do percurso do movimento no estado deve-se ao arquiteto italiano Mario Russo e sua chegada a Recife (Segawa, 1998; Naslavsky, 2012), tal qual, o arquiteto recém-formado pela Escola Carioca, Acácio Gil Borsoi e o arquiteto português Delfim Amorim. Seguidores da arquitetura de Lucio Costa, a partir de uma linguagem própria pernambucana buscam explorar características da região (Bruand, 1981; Silva, 1988).

Os princípios racionalistas e funcionais de planta livre, encaminharam-se à relação arquitetônica tradicional. A atuação desses precursores (SILVA, 1988) baseia-se no destaque das necessidades locais e variações culturais, climáticas, geográficas e socioeconômicas de Pernambuco. Constata-se significativa contribuição de Costa mediante o esforço por reatar as ligações com o passado, orientada por uma liberdade criativa (Bruand, 1981). As experiências pernambucanas são firmadas a uma produção local, como derivação da linha carioca, influenciada pelas concepções de Costa perante a perspectiva da arquitetura original brasileira (Silva, 1988). A utilização de elementos históricos e modernos numa mesma obra representa uma mudança de postura nas convicções teóricas, que galga a formação de uma identidade.

À caracterização desta arquitetura observa-se a setorização das atividades em área íntima, social e de serviço. Esta aplicação afigura-se comum ao procedimento dos arquitetos modernos em Recife, estabelecendo uma relação de proximidade funcional e isolamento visual ou de distanciamento categórico e controle entre os setores (Amorim, 2001). A livre composição dos ambientes é ordenada pela rigorosa setorização, a permitir o desenvolvimento de volumetrias irregulares.

Como forma de inserir o edifício ao meio, outra característica da arquitetura realizada em Pernambuco, são os terraços sombreados, possuindo área livre que permite o contato com o exterior, muitas vezes, os jardins formam um pátio contínuo ao terraço. A preocupação em integrar áreas livres ao espaço público, era solucionada por intermédio de muros baixos e elementos vazados, como cobogós e brises (Silva, 1994/95).

Quanto à solução desenvolvida para cobertura, deve-se a composição em telha canal apoiada diretamente sobre laje de concreto, possibilitando a eliminação de impermeabilização, madeiramento e forro. Os beirais possuem funcionalidade em proteger paredes contra a chuva, além de reduzir o desconforto à insolação. A proposta associação da laje de concreto à telha canal de Lucio, utilizada por Amorim, visa corrigir os defeitos postos pela laje de concreto, representa uma adaptação tanto ao clima quanto à identidade local, devido a utilização de componentes da arquitetura luso-brasileira (Amorim, 1989). Dos preceitos corbusianos, destaca-se a cobertura do terraço, por vezes, suportada por esbeltos pilares de aço. Algumas residências exploram a laje com maiores inclinações, permitindo o aproveitamento do surtido espaço. Às esquadrias, estão as venezianas de madeira que controlavam a luminosidade sem impedir a ventilação (Silva, 1988).

A opção pela alvenaria estrutural explorava o potencial máximo desse material e sua adoção pode ser considerada por um elemento acessível, que ainda sim, limitava a distribuição de aberturas. Embora novos materiais e técnicas construtivas mais avançadas estivessem ao alcance no Brasil, sistematicamente, não havia uma mão de obra qualificada como um conhecimento técnico em Pernambuco. Contudo, os combinados desenhos apresentam uma forma livre, assimétrica equilibrada, correspondente à coerência dos programas (Amorim, 1981). Os princípios de fachada livre e janela em fita de origem corbusiana, eram em partes suprimidos devido às exigências da utilização da alvenaria, a localização e a delimitação das aberturas são subordinadas à estrutura.

Ainda, acerca do clima recifense, tropical, ao transmitir calor e umidade, porta dificuldades para conservação dos edifícios (Bruand, 1981). O excesso de umidade requer uma proteção mais resistente às alvenarias quanto a pintura oferece por efeito de sua rápida degradação. A solução proposta é a mesma das construções do período colonial, utilização do azulejo em fachadas, que também permite o resfriamento para os ambientes internos.

A telha canal, o revestimento de azulejos, pedras e tijolos aparentes, as esquadrias venezianas de madeira e os muxarabis, as bandeiras, os cobogós, brises, a varanda e as galerias de circulação interna são características da Escola do Recife. Estes elementos ganham força mediante ampla utilização em obras de Amorim e Borsoi. O emprego de materiais como concreto, vidro e aço, denota a motivação corbusiana dentre estes modernistas, ao unir-se aos materiais vernaculares. A preocupação com a resistência proporcionada pelos materiais modernos em junção aos condicionantes locais enseja esta arquitetura. Os conceitos modernos foram adaptados à realidade local, atraídos a edificações construtivamente mais econômicas e adequadas ao meio. A escolha da utilização dos métodos e materiais acessíveis à Pernambuco transmite facilidade ao construir (Silva, 1988). A escolha do material é resultante de sua disponibilidade, além da perspectiva exercida em respeito aos condicionantes locais.

A arquitetura moderna pernambucana caracteriza-se como uma produção cultural, inspirada no regionalismo, revela-se numa perspectiva ideológica, baseada no sentimento de pertencimento e adequação ao meio. Ao produzir evidente efeito plástico e funcional, a Escola de Recife frutifica uma arquitetura a considerar homogênea e original proporcionada a sua conduta. Quatro elementos são fundamentalmente empregados em suprimento da tradição luso-brasileira: telhados de telha canal com largos beirais; venezianas e muxarabis; varandas e galerias de circulação externa e os revestimentos em azulejos (Bruand, 1981).

Azulejos em fachada, telhado inclinado em laje com telhas cerâmicas, esquadrias em venezianas de madeira, pátios internos e setorização funcional, são preceitos da concepção pernambucana mediante a unificação da arquitetura internacional refletida nas heranças do passado colonial. Assim, “assimilava a leveza plástica da arquitetura moderna brasileira contemporânea, adotando um partido de composição mais contido, na medida em que resgatava (...) a sobriedade das casas rurais do passado colonial luso-brasileiro. (Silva, 1994/95, p. 76).

Materiais naturais são aplicados na Escola do Recife, destacando-se a um cuidado particular em escolhas, ao utilizar tijolo aparente e madeira, como complemento das estruturas de concreto armado e vidro, como na atuação de Borsoi (Bruand, 1981). A utilização de pedras rústicas, elementos vazados e revestimentos em azulejo revelam sua proposta (Naslavsky, 2012). Cobertas em asas de borboleta, empenas trapezoidais, peitoril de varanda inclinado, ainda, o aproveitamento da desenvoltura do concreto armado, incorporados aos elementos tradicionais brasileiros como terraços protegidos por painel em treliças de madeira permitindo a ventilação e proteção à insolação configuram a assimilação (Melo, 2022; Naslavsky, 2012). Varandas, bandeiras, venezianas, brises, assim como o zelo em setorizar ambientes em zonas favoráveis, ressaltam a atenção quanto ao conforto. A incorporação da arquitetura moderna à paisagem tropical, permite a integração artística e de elementos tropicais (Naslavsky, 2012).

A Escola do Recife encontra-se orientada por três setores funcionais com agenciamento interno conforme suas finalidades, representante das soluções local, ambiental e de forma, relativo ao vínculo estabelecido entre racionalismo construtivo e heranças históricas (Amorim, 2001). Estes paradigmas são enfatizados por meio dos exercícios de Amorim e Borsoi. Estes arquitetos em conjunto a Russo, em suas atuações afirmam um legado à importância do resgate das tradições e da busca por uma identidade local, também da inovação meio a arquitetura moderna pernambucana. Tais produções ecoam na definição de Armando de Holanda (Silva, 1988) acerca da arquitetura ideal à construção tropical, sobretudo, pernambucana.

A arquitetura moderna envolvida pela ideia corbusiana veste indagações sobre a acomodação da arquitetura aos condicionantes locais. Acerca da preocupação climática e de conforto, Armando de Holanda constitui um roteiro a fim de promover soluções bioclimáticas. Frente a alusão da universalização da arquitetura, Holanda conscientiza-se do debate bioclimático, tomando como modelo as produções de arquitetos que atuavam no Recife, como Nunes, Borsoi, Amorim e Russo. Estes intentam adaptar os princípios da arquitetura moderna ao clima recifense. Holanda concretiza uma série de experiências em sua teoria. Sua obra (1976), "Roteiro para Construir no Nordeste", transmite apropriações à tropicalidade. Holanda enquadra a busca de soluções de adequação ao clima, baseado na utilização de técnicas construtivas tradicionais em feitiço inovador e moderno por meio da disposição das técnicas e mão-de-obra.

É sugerida uma "arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados" (Holanda, 1976). Sua teoria contradiz a um processo de internacionalização sofrido pela arquitetura, produtor de edifícios impertinentes aos países tropicais. Neste princípio, o uso de materiais e técnicas construtivas são desenvolvidos para diversas situações e adotados de forma errônea, a desconsiderar o local inserido.

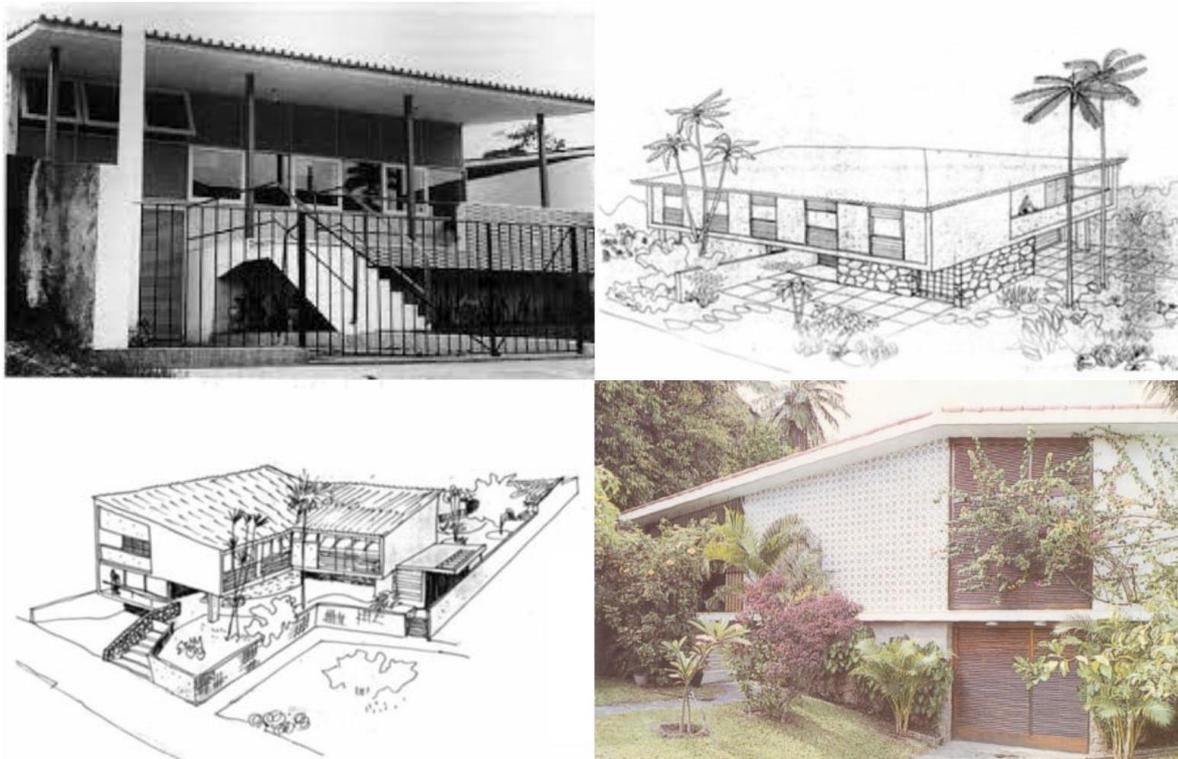
A narrativa de Holanda (1976) deve-se à combinação entre a arquitetura moderna ao clima tropical argumentada pela vinculação entre arquitetura e o lugar. Indicam-se preceitos projetuais orientadores a produção em espaços com vasta insolação e vegetação autóctone. O conceito aponta que o "roteiro" garante adequação ao meio tropical, caracterizado por seu clima quente e úmido. A associação entre a arquitetura corbusiana e os condicionantes locais podem ser vistas sob suas recomendações.

Os elementos vazados: cobogó, treliças de madeiras e pergolados, preconizam a ventilação e a insolação, a possibilitar fluidez entre paisagem e habitação, de modo a garantir a admissão do ar e luz, bem como a proteção aos ambientes (Holanda, 1976), ainda a contribuir ao caráter histórico cultural. Baseado nos preceitos de racionalização e disponibilidade, a utilização dos materiais locais viabiliza o conforto climático, harmonia entre o usuário e o meio, promovendo sentimentos de pertencimento. Holanda propõe importantes soluções destinadas a garantir funcionalidade as construções. Defende-se sistemas de climatização por meio da exploração potencial dos materiais locais, do sombreamento da flora nativa e da ventilação natural. Além disso, pretende-se favorecer uma identidade própria à arquitetura nordestina, e essencialmente pernambucana, dedicada a uma linguagem arquitetônica particular.

Livremo-nos dessa dependência cultural em relação aos países mais desenvolvidos, que já retardou em demasia a afirmação de uma arquitetura decididamente à vontade nos trópicos brasileiros. Desenvolvemos uma tecnologia da construção tropical, que nos forneça os meios necessários para o atendimento da enorme demanda de edificações das nossas populações, não só em termos de quantidade, mas também de qualidade. Trabalhem no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja uma clara expressão de nossa cultura e revele uma sensível apropriação de nosso espaço; trabalhem no sentido de uma arquitetura sombreada aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente (Holanda, 1976, p. 43).

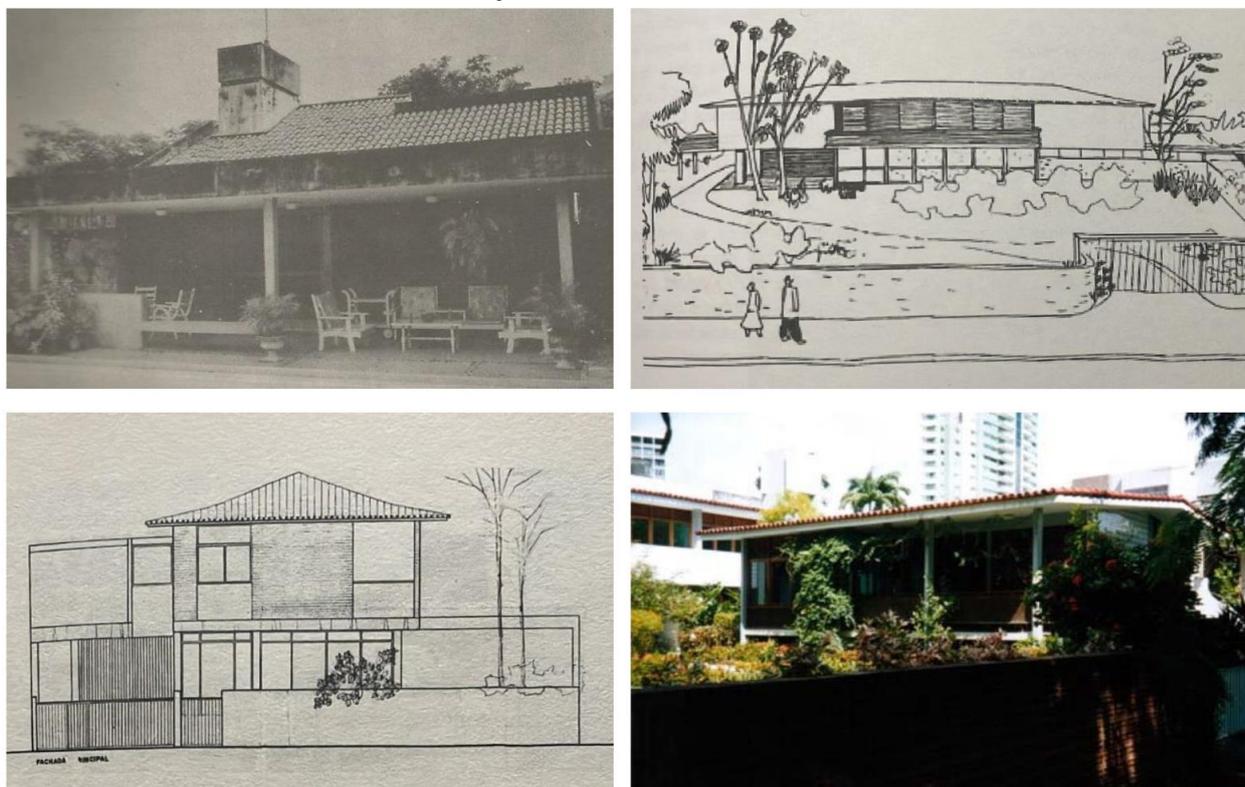
Assim sendo, a partir da busca por uma arquitetura como expressão cultural e original, seguidores de Costa, Amorim e Borsoi atuam a partir da Escola do Recife. A Residência Serafim Amorim e a Residência Vale Júnior de Amorim e a Residência Claudino de Albuquerque e a Residência Annelise Poluzzi de Borsoi, representam sequência das produções modernas adaptadas ao tradicionalismo. Em Pernambuco, a herança da colônia permeia gerações a resultar em comportamentos sociais, construtivos e elementares das casas.

Figura 03: Residências Modernas.



Fonte: Acima à esquerda Res. Serafim Amorim (1960), Amorim, 2003; Acima à direita Res. Claudino de Albuquerque (1956), abaixo Res. Annelise Poluzzi (1958), Res. Vale Júnior (1963), Naslavsky, 2012. Alterado pelas autoras.

Figura 04: Residências Modernas.



Fonte: Acima a esquerda Res. Luiz Vilar Lima, Silva, 1981; Ao lado Res. Dulce Mattos (1958); abaixo Res. Claudino Castanha (1964); Res. Eureles Cordeiros (1967), Naslavsky, 2012. Alterado pelas autoras.

Compõem-se de coberta em telha cerâmica do tipo canal sobreposta a laje. Aplicam-se esquadrias em madeira com venezianas, peitoris e bandeiras. Elementos vazados são utilizados. A Residência Serafim Amorim e a Residência Claudino Albuquerque possuem escada de acesso à varanda, atributo semelhante às casas-grandes. Quanto à Residência Claudino de Albuquerque utilizam-se pedras rústicas e painéis em azulejo similares às construções do período colonial, assim como na Residência Vale Júnior. Estas casas aproximam-se às casas-grandes dos engenhos e a arquitetura rural estruturadora de Pernambuco, contudo, portam de traços inovadores impostos pela arquitetura internacional, como materiais modernos (vidro, aço, concreto).

CONCLUSÃO

As tradições econômicas e culturais, enraizadas ao princípio histórico e a natureza local em Pernambuco figura a transformação arquitetônica assentada. As configurações sociais formadas pelo controle da propriedade econômica da cana-de-açúcar, constituintes da cultura e identidade local, em conjunto às condições climáticas, como quentura e umidade, além do caráter econômico elitista, incidem sobre o movimento arquitetônico ocorrido em Pernambuco.

O crescimento da cidade, atribui-se ao desenvolvimento da arquitetura pernambucana acompanhada pela difusão das ideias modernas. As adaptações propostas pelos arquitetos quanto à arquitetura moderna e as soluções às condições locais são evidentes na instauração deste movimento. O agrupamento de atividades discernido por setores funcionais estabelece a forma segregativa social no espaço doméstico e o isolamento dos ambientes de socialização entre os distintos setores, esta setorização é notória tanto no período colonial quanto no moderno pernambucano, como visto nos exemplos.

Diferencia-se a arquitetura moderna pernambucana da arquitetura moderna brasileira, por sua especificidade histórica e seus precursores econômicos, sociais e culturais resultantes de adequações prestadas pelos colonizadores compostos pela moldagem autóctone e bioclimática, ou seja, a arquitetura moderna pernambucana é muito mais uma necessidade climática e histórica a estilística. Isto posto, constata-se que os preceitos modernos foram adequados a uma assimilação entre características arquitetônicas interessados na execução de edificações de maior eficiência energética, economia e conformação a identidade, técnica, mão de obra e tecnologia locais.

Os elementos de maior utilização são pedra, madeira – em diversas aplicações, como grandes esquadrias, forros, assoalhos, bandeiras e venezianas, telhados em telha cerâmica e elementos vazados. Das atribuições do espaço, observam-se nestas obras a clara setorização e as criações de área de convivência, como pátio e jardim, ainda, apresentam acessos propostos pelas áreas de circulação a evitar relações entre diferentes setores e seus usuários. Esta caracterização permite associação entre as origens coloniais fruto da miscigenação entre diferentes povos, sociedades, hábitos e costumes (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999; SILVA, 1981) que confluem ao funcionalismo e as produções arquitetônicas do Estado, como firmada na atuação do período moderno pernambucano através das concepções de adequação local.

Assim, a arquitetura moderna pernambucana empenha-se no experimento de sentidos e ajustamento na arquitetura internacional, apropriando a exterioridade às limitações locais referentes ao panorama construtivista (BRUAND, 1981; SILVA, 1981). A arquitetura que ocorre em Pernambuco é resultante assim da reinterpretação dos elementos, da história, tradição e costume que assim juntam-se às inovações da arquitetura decorrente no estado a partir de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Delfim. **Arquitetura e construção**. Página de Arquitetura nº 70. Folha da manhã, Recife, 27 Jan, 1957.

AMORIM, Luiz. **Arquitetura-Pernambuco** In: Pernambuco 5 décadas de Arte. Coord. André Rosemberg. Recife: Quadro Publicidade e Design Ltda., 2003. 224p. pp.59-125.

_____. **Escola do Recife: três paradigmas do objeto arquitetônico e seus paradoxos**. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq012/bases/03tex.asp>> Acesso em: 06 Outubro de 2022.

_____. *Modernismo recifense: uma escola de arquitetura, três paradigmas e alguns paradoxos*. Em **rede** <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq012/bases/03text.asp>. Acesso em 18 de fevereiro de 2004.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para Construir no Nordeste**. 3ª ed. Brasília: CEPE, Família Armando de Holanda Cavalcanti, 2018.

LEMOES, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989b. 83p. (Repensando a história).

MELO, Alcília. **Modernidade arquitetônica tropical: patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no nordeste brasileiro**. 1 ed. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2022. 500p.

MINDLIN, Henrique. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. 2ª edição; tradução Paulo Pedreira; Rio de Janeiro: Aeroplano Editora /IPHAN, 2000.286 p.

NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura Moderna no Recife 1949-1972**. Recife: Prefeitura do Recife, 2012.

_____. **Arquitetura Moderna em Pernambuco entre 1945-1970: Uma produção com Identidade Regional?** In: 5º seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. 5º Seminário Docomomo Brasil, 2003.

NATAL, Caion Meneguello. **A Retórica da Tradição: tempos e espaços da arquitetura neocolonial no Brasil**. Fortaleza: Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772006_77479bbae53e43e6f890524e63fe2e7.pdf>. Acesso em: 20 de Março de 2022.

SAIA, L. Origens da casa brasileira. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 18-19, p. 170-176, 2014. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i18-19p170-176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/116985>. Acesso em: 20 de Junho de 2022.

_____. **Residências Rurais no Brasil Colônia**. São Paulo: 1958. Tese de Livre-docência.

SEWAGA, Hugo. **Arquitetura no Brasil: 1900-1990**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Delfim Amorim Arquiteto**. Recife: Instituto dos Arquitetos do Brasil/Departamento Pernambuco (IAB-PE), 1981.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Engenho e arquitetura**. 1ª ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1839.

TELLES, Augusto; SILVA, Geraldo Gomes da; ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; et al. **Arquitetura na Formação do Brasil**. 6ª ed. Brasília: UNESCO, 2008.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa do Brasil: Transformações da arquitetura e utilização do espaço de moradia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.